

Anuência dos vizinhos faz a lei nos Lago

A determinação válida agora para o Plano Piloto é discussão antiga entre as administrações regionais e empresários situados em áreas residenciais nos Lagos Sul e Norte. A exigência da anuência dos vizinhos laterais e frontais para a manutenção de lojas, restaurantes ou escritórios em residências permanece como artifício do governo para restringir este tipo de comércio, mas é encarado como um verdadeiro tormento pela maioria dos empresários que optaram por não deixar os dois bairros.

É o caso do Convento, Le Bateau Ivre e Patu Anu, restaurantes que funcionam há mais de cinco anos no interior de residências. O Alice, situado em uma casa na QI 11 do Lago Norte, revive agora o processo de renovação do alvará. Com o documento vencido desde junho, a proprietária, Alice Mesquita de Castro, conseguiu a anuência dos vizinhos e tem a documentação sob análise na Administração do bairro. Sempre intranquã frente à obrigatoriedade de fechar as portas, a empresária acredita que o restaurante não sobreviveria se tivesse que se mudar para uma quadra comercial.

“Além de não conseguir recriar o ambiente aconchegante que tenho em casa, teria que alugar duas ou três lojas para dispor do espaço atual, todo um investimento já revertido para o próprio restaurante”, conta Alice, que reside há 13 anos na QI 11, emprega dez funcionários e atende a 40 pessoas por noite.

De acordo com informações das Administrações de ambos os bairros, as atividades comer-

ciais seguem proibidas de serem exercidas em áreas de residência. Para as prestadoras de serviço, se exige anuência mínima de 50% mais um dos moradores do conjunto e para casas de festas a exigência é de 100% dos vizinhos. Em junho, o Lago Sul expediu apenas sete alvarás, todos para empresas prestadoras de serviços.

Casas noturnas

Quem também sofre com a exigência de se mudar das áreas próximas a residências são as boates, não só as do Plano Piloto e sim de todo o DF. Devido ao barulho, sujeira nas quadras, brigas e transtornos causados aos moradores, os estabelecimentos não terão os alvarás renovados, conforme projeto de lei do deputado distrital César Lacerda (PTB), aprovado na Câmara Legislativa. O projeto aguarda sanção ou veto do governador Joaquim Roriz, que tem até o dia 10 de agosto para se pronunciar.

No Gates Pub, que funciona há 23 anos na comercial da 403 Sul, a proposta é vista com preocupação. Segundo o proprietário, Sérgio Hermeto Rezende, o público freqüentador acredita que o projeto deve ser vetado por se tratar de uma medida radical, para a qual o empresariado não foi ouvido e que acarretaria na demissão de cerca de 600 funcionários diretos na capital, entre garçons, barmen e seguranças. O proprietário da casa noturna aguarda audiência com o governador Joaquim Roriz, ao lado de empresários de outras boates prejudicadas, como Music Hall (411 Sul) e Don Taco (309 Sul). (F.L.)